

PROCESSO: SMA 5244/09
INTERESSADO: Usina Lagoa Dourada Ltda
ASSUNTO: Licenciamento Ambiental Prévio para implantação de parque industrial e áreas agrícolas
MUNICÍPIO: Magda

1. INTRODUÇÃO

Trata-se da súmula do Parecer Técnico 43/11/IE, elaborado pelo Departamento de Avaliação Ambiental de Empreendimentos, para subsidiar o licenciamento ambiental prévio da implantação industrial e de áreas agrícolas da Usina Lagoa Dourada, localizada no município de Magda.

2. DESCRIÇÃO DO EMPREENDIMENTO

O Parque Industrial e as áreas agrícolas da Usina Lagoa Dourada, segundo o Zoneamento Agroambiental para o Setor Sucroalcooleiro do Estado de São Paulo, localizam-se em área classificada como *Adequada com Restrições Ambientais*. O projeto prevê a capacidade de moagem de 1.500.000 t/safra e a produção de 77.247 m³/safra de etanol e 108.624 t/safra de açúcar. Serão gerados 36,3 MW de energia, dos quais 24,4 MW serão comercializados. A água necessária para a operação do empreendimento, 238,3 m³/h, será obtida através de poço profundo. O volume de vinhaça a ser gerado no processamento industrial é de 195,3 m³/hora e será totalmente aplicado nos canaviais, através de caminhões.

A cana-de-açúcar será proveniente de 10.050 ha de plantio em áreas próprias e 10.124 ha de plantio em regime de parceria. Tais áreas serão distribuídas nos municípios de Magda, General Salgado e São João de Iracema. O quadro de funcionários do empreendimento está estimado em 726 funcionários para o setor agrícola e 204 para o setor industrial.

3. IMPACTOS AMBIENTAIS E MEDIDAS MITIGADORAS

A avaliação dos principais impactos foi realizada considerando a Resolução SMA 88/2008 que define as diretrizes técnicas para o licenciamento de empreendimentos do setor sucroalcooleiro no Estado de São Paulo. Foram analisados os principais impactos e medidas mitigadoras, conforme segue:

• Atendimento aos Aspectos Legais

Foram apresentadas as manifestações das Prefeituras Municipais atendendo o definido nos artigos 5º e 10º da Resolução CONAMA 237/97. Foi apresentada outorga de implantação de empreendimento emitida pelo Departamento de Águas e Energia Elétrica – DAEE, conforme regulamenta a Resolução Conjunta SMA/SERHS nº 01/05. Deverá ser cumprida a Resolução SMA 33/07, que proíbe a queima da palha da cana como prática de pré-colheita para as áreas de expansão agrícola. Para a Licença de Instalação - LI, deverá ser apresentada outorga de captação e direito de uso dos recursos hídricos subterrâneos emitida pelo DAEE. Para Licença de Operação - LO deverá ser apresentada autorização da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL para produção e comercialização de energia elétrica excedente.

• Expectativa da População Quanto à Implantação do Empreendimento

De acordo com a pesquisa de percepção apresentada no estudo, o empreendimento pode gerar expectativas na população quanto à geração de empregos, assim como reflexos negativos da queima da palha da cana-de-açúcar. Para a emissão da LI, deverá ser apresentado relatório comprovando a execução do Programa de Interação e Participação Social para a fase de implantação do empreendimento em relação aos problemas apontados na pesquisa de percepção.

• Impactos Gerados nos Canteiros de Obra e Frente de Trabalho

As atividades de terraplenagem para implantação do Parque Industrial gerarão um volume de 118.155 m³ de solo excedente a ser encaminhado para bota-fora, que poderão ser utilizados para reforço da estrada de acesso ao empreendimento. Para a emissão da LI, será apresentado um Programa Ambiental de Controle das Obras. Para a emissão da LO deverá ser apresentada comprovação da recuperação das áreas afetadas pelas obras de implantação do parque industrial e acessos, incluindo sistema de drenagem de águas pluviais e a proteção de áreas com solo exposto.

•Geração de Empregos e Impactos Relacionados à Mão de Obra

Segundo o EIA, está prevista a contratação de 726 funcionários para a área agrícola e 204 para a área industrial. Para LI será apresentado um Programa de Mobilização de Mão de Obra para priorizar a contratação de mão de obra local.

•Impactos sobre a Infraestrutura e Equipamentos Municipais

Com o aumento da população devido à atratividade gerada pela implantação do empreendimento, poderá haver impacto sobre alguns setores da infraestrutura municipal como saúde e educação, diagnosticados como os mais deficitários em alguns municípios afetados pelo empreendimento. Para a LI deverá ser apresentado Programa de Reforço da Infraestrutura Municipal em parceria com as Prefeituras, cujas ações deverão ser comprovadas na solicitação da LO.

•Aumento do Tráfego de Veículos

Durante a operação da usina estima-se a realização de 12 viagens/hora para o transporte de matéria-prima, produtos acabados, resíduos e funcionários, concentradas principalmente em trechos das rodovias SP 310 e SP 461 e estradas vicinais. Para mitigação dos impactos foi previsto um Programa de Controle de Tráfego e Conservação das Estradas que inclui ações como sinalização preventiva, cursos e treinamentos para requalificação de motoristas e parcerias com as prefeituras municipais para apoio à manutenção do sistema viário municipal. Tais ações deverão ser comprovadas por ocasião da solicitação da LO.

•Interferências no Patrimônio Arqueológico

Foi apresentado o Relatório de Diagnóstico Prospectivo da área industrial e de 4.908,61 ha de áreas agrícolas e Programa de Educação Ambiental, bem como a Portaria IPHAN nº 13 datada de 23/12/09 autorizando a realização dos serviços de campo para prospecção arqueológica. Para a emissão da LI será necessário apresentar Diagnóstico Arqueológico das demais áreas agrícolas e respectivos Relatórios, acompanhados das manifestações do IPHAN.

•Intervenções em Remanescentes de Vegetação Nativa e em Áreas de Preservação Permanente (APPs)

Não é prevista a supressão de vegetação nativa em remanescentes florestais para a expansão agrícola. De acordo com a caracterização da vegetação apresentada no EIA, os fragmentos presentes na AID se encontram degradados e isolados, enquanto que as matas ciliares estão alteradas e em sua maioria completamente ausentes. Dessa forma, o interessado deverá detalhar o Programa de Recuperação Florestal apresentado no EIA contemplando, no mínimo, as APPs de áreas próprias. Considerando a existência de áreas agrícolas localizadas em Áreas Adequadas com Restrição Ambiental conforme o Zoneamento Agroambiental para o Setor Sucroalcooleiro, de acordo com a Resolução SMA 88/08, o empreendedor deverá apresentar, por ocasião da solicitação da LI um Programa de Implantação de Corredores Ecológicos, além do Programa de Conservação e Manejo da Vegetação Remanescente e Programa de Apoio à Regularização Ambiental das áreas de Reserva Legal e APPs de parceiros e fornecedores.

•Impactos sobre Comunidades Faunísticas

Conforme o EIA, as alterações previstas em decorrência da mudança do tipo de cobertura vegetal, aumento das atividades operacionais no campo e da circulação de veículos e máquinas promoverá alterações nos recursos naturais disponíveis e na segurança da comunidade faunística da AID, onde foram identificadas 14 espécies ameaçadas de extinção. Para a LI, o empreendedor deverá apresentar Programa de Educação Ambiental contemplando palestras específicas voltadas

para Motoristas, Trabalhadores Rurais, Parceiros, Arrendatários e Fornecedores visando minimizar impactos como atropelamento, caça, pesca e degradação de áreas naturais, além de implementar um Plano de Monitoramento Sazonal da Fauna.

•Impactos sobre a Disponibilidade Hídrica

A demanda hídrica industrial após a ampliação será de 238,3 m³/h, por meio de captação subterrânea. De acordo o EIA, o consumo específico de água será de 0,68 m³/t cana, dentro do limite de 0,7 m³/t de cana estabelecido para áreas classificadas como Adequadas com Restrições Ambientais. Para a LO, será necessário comprovar a instalação de medidor de vazão de água no ponto de captação e reapresentar o relatório do monitoramento da qualidade das águas superficiais.

•Cogeração de Energia Elétrica e Alteração da Qualidade do Ar Decorrente da Queima do Bagaço na Caldeira

De acordo com o Setor de Ar, Ruído e Vibrações da Cetesb, a instalação de nova caldeira atende os limites de emissão estabelecidos pela Resolução CONAMA nº 382/06, e não ultrapassa os padrões de qualidade do ar estabelecidos pela Resolução CONAMA nº 03/90. Para a LO, serão apresentados os procedimentos de rotina que garantam a eficiência de combustão.

•Desencadeamento de Processos Erosivos Devido ao Cultivo de Cana-de-Açúcar

Para prevenir e mitigar a ocorrência de processos erosivos nas áreas agrícolas, o EIA propõe medidas de conservação de caráter mecânico e de manejo agrícola. Para a LO, deverão ser comprovadas as ações adotadas pela usina para recuperação e conservação dos solos e contenção de processos erosivos eventualmente já instalados na AID.

•Geração de Resíduos Sólidos

Na fase de operação, dentre os resíduos sólidos gerados, o de maior representatividade será o bagaço da cana-de-açúcar, que será queimado nas caldeiras e utilizado na cogeração de energia. Para a LI, será apresentado um Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos, contemplando todos os resíduos a serem gerados pela usina.

•Geração de Efluentes Líquidos

Para o tratamento de efluentes sanitários é previsto um sistema compacto com capacidade para tratar 60 m³/dia. Para a LI, será necessário apresentar projetos de drenagem dos efluentes nos locais onde ocorra manuseio de óleos, combustíveis e produtos químicos, o detalhamento do sistema de tratamento de águas residuárias e o detalhamento da ETE compacta proposta no EIA.

•Risco de Acidentes Devido ao Armazenamento de Combustíveis

A Usina Lagoa Dourada irá armazenar etanol em 3 tanques sendo 1 com capacidade para 20.000 m³ e 2 com capacidade de 10.000 m³/cada, totalizando 30.000 m³, além de outros produtos químicos. Não foram verificados riscos à população. Para a LO, deverá ser comprovada a implantação do Programa de Gerenciamento de Risco (PGR) do tipo II, conforme Norma Cetesb P4.261 e apresentar Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros atestando a adequação do sistema de combate a incêndio.

•Risco de Contaminação do Solo e dos Recursos Hídricos Decorrente da Aplicação da Vinhaça na Lavoura de Cana-de-Açúcar

Conforme o mapa de fertirrigação do EIA, a Usina possui áreas agrícolas a serem fertirrigadas em áreas que variam de baixa a média/alta vulnerabilidade. Para LI será apresentada caracterização hidrogeológica das áreas agrícolas a serem fertirrigadas e Plano de Manejo elaborado de acordo com Norma Técnica Cetesb P4.231/06.

•Risco de Contaminação do Solo e dos Recursos Hídricos Decorrentes da Utilização de Agrotóxicos

O estudo propõe o treinamento dos usuários e observação das técnicas e práticas ambientalmente adequadas de uso e aplicação de agrotóxicos. Para a LO deverá ser apresentado

documento do posto de recebimento de embalagens vazias de agrotóxico comprovando o destino adequado das mesmas.

4. PROGRAMAS AMBIENTAIS

Além dos planos e programas ambientais solicitados nas exigências, o EIA propõe: Gestão Ambiental da Obra, Plano de Recuperação Florestal, Programa de Conservação do Solo, Programa de Gestão Ambiental, Programa de Controle de Tráfego, Programa de Mobilização e Desmobilização da Mão de Obra, Programa de Conservação dos Recursos Hídricos, e Plano de Comunicação e Participação Social. No âmbito do monitoramento, foram propostos os seguintes programas: de Qualidade do Ar, do Solo, Fauna Silvestre e Águas Superficiais.

5. PROGRAMA DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL

Não foi apresentada proposta de compensação ambiental devido à inexistência de Unidades de Conservação de âmbito Federal ou Estadual na AII do empreendimento. A destinação dos recursos deverá ser analisada e aprovada pela Câmara de Compensação Ambiental – CCA da SMA. Para emissão da Licença de Instalação, deverá ser firmado Termo de Compromisso de Compensação Ambiental – TCCA, que estabelecerá os critérios para a aplicação da verba compensatória para atendimento à Lei Federal nº. 9985/00, regulamentada pelo Decreto Federal nº. 4340/02 e alterada pelo Decreto Federal 6848/09.

6. CONCLUSÃO

Em função do exposto, a equipe da Diretoria de Avaliação Ambiental de Empreendimentos entende que o empreendimento é ambientalmente viável, desde que sejam atendidas as medidas propostas no EIA e as exigências do Parecer Técnico 43/11/IE. Nestes termos, submete ao CONSEMA a apreciação e deliberação sobre a viabilidade ambiental da implantação industrial e agrícola da Usina Lagoa Dourada Ltda.

São Paulo, 05 de Julho de 2011.

ORIGINAL DEVIDAMENTE ASSINADO
ANA CRISTINA PASINI DA COSTA
Diretora de Avaliação de Impacto Ambiental